



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
FACULDADE DE LETRAS

As dessemelhanças sociais nas ruas da Belle Époque carioca

Diego Rufino dos Santos

Rio de Janeiro

2023

DIEGO RUFINO

As dessemelhanças sociais nas ruas da Belle Époque carioca

Monografia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciatura em Letras na habilitação Português e Literaturas da Língua Portuguesa.

Orientadora: Prof. Dra. Luciana Marino do Nascimento.

Rio de Janeiro
2023

Gerador de ficha catalográfica, acessar:
<http://www.sibi.ufrj.br/index.php/produtos-e-servicos/gerador-de-ficha-catalografica>

CIP - Catalogação na Publicação

Orientadora: Luciana Marino do Nascimento.
Trabalho de conclusão de curso
(graduação) - Universidade Federal do Rio de Janeiro,
Faculdade de Letras, Licenciado em Letras: Português -
Literaturas, 2023.

1.

Elaborado pelo Sistema de Geração Automática da
UFRJ com os dados fornecidos pelo(a)
autor(a)

FOLHA DE AVALIAÇÃO
DIEGO RUFINO DOS SANTOS

DRE: 117212287

Título: As dessemelhanças sociais nas ruas da Belle Époque carioca

Monografia submetida à Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito para obtenção do título de Licenciado em Letras na habilitação Português/Literaturas.

Data de avaliação: 22/01/2023.

Banca Examinadora:

Prof. Dra. Luciana Marino do Nascimento – Presidente da Banca Examinadora
Orientadora - Universidade Federal do Rio de Janeiro

NOTA:10,0



Prof. Dr. Maged Talaat Mohamed Elgebaly – Leitor Crítico
Aswan University

NOTA:10,0



MÉDIA:10,0

Assinaturas dos avaliadores:



Aos meus pais, aos meus avós maternos e paternos e aos meus irmãos: vocês são a fonte da minha inspiração, sangue do meu sangue e da minha ancestralidade resiliente. Amo vocês.

Aos meus amigos, tios e primos: obrigado por estarem ao meu lado nesta jornada. Amo vocês.

Àqueles que, devido à desigualdade social e ao sistema, estiveram e estão em situação de vulnerabilidade nas ruas de todo o Brasil: este trabalho também pertence a vocês.

AGRADECIMENTOS

Pensar nas pessoas que estiveram ao meu lado nesta jornada leva às lembranças lindas e marcantes, daquelas que trazem um arrepião no corpo, arrepiando os fios e recebendo um afago no peito, de tanta nostalgia e felicidade. Acredito no poder de transformação de um ser; e, hoje, com muito orgulho e amor no peito, agradeço a mim por não ter desistido do processo – por ter sido resiliente, na força e na fé de Deus e Orixás. E, claro, agradeço àqueles que me acompanharam, e acompanham, durante o trajeto. É uma vitória imensurável.

No decorrer do percurso, grandes foram os percalços. Morador da Baixada Fluminense – região distante de muitos locais. Transporte público, trabalho, faculdade, filas do bandeirão, também trabalhar aos fins de semana, uma rotina exaustiva. Mas, pergunto-me como seria caso eu não tivesse, ao meu lado, o apoio afetivo dos meus pais. Desde moleque, eu sentia que, aos meus pais, todo o meu amor e respeito seria infundável. E, embora os empecilhos, isso não mudou. As dificuldades as quais eles passaram, e passamos quando nasci, não foram poucas, principalmente para minha mãe. Mãe, a sua força eu enxergo em mim. Obrigado por tanto, Luciana e Jerônimo. Amo vocês, meus pais.

Ademais, o que seria deste caminho sem a benção dos meus avós maternos e paternos? A vocês, avós, todo meu carinho, afeto e amor. Obrigado por serem a minha ancestralidade de força, mas também de amor; vocês são o meu passado e presente onde bebo a água da fonte mais pura e genuína. Amo vocês, e sempre amarei.

Aos meus irmãos, Diogo, Daniel e Daniela, vocês são sangue do meu sangue. Niel e Dani, meus maninhos de 6 anos que trilharam este caminho ao meu lado desde quando eram bebês, no tempo que adentrei à Universidade: eu amo muito vocês.

Aos meus amigos, tios e primos: obrigado por estarem ao meu lado nesta jornada; por serem colo de afeto e carinho em momentos que mais precisamos um do outro. Amo vocês.

Agradeço à Universidade Federal do Rio de Janeiro, minha UFRJ, por tantos momentos de experiência e vivência marcantes. Fundão, para sempre, minha primeira opção! Aos professores maravilhosos os quais tive a oportunidade de conhecer e que, hoje, são meus colegas de profissão. Cada um de vocês ocupou um espaço no meu íntimo afetivo para que eu criasse o apreço pelo magistério. A vocês, o meu muito obrigado. E uma gratidão, em especial, à minha orientadora Luciana por ter acreditado no meu potencial e na missão da orientação acadêmica; bem como por ter concedido uma experiência incrível na Iniciação Científica; por todo o suporte e confiança: muito obrigado, professora.

A todos o meu muito obrigado!

“Por último, em um terceiro período, chamado de luta (dite de combat), o colonizado – depois de haver tentado se perder no povo, se perder com o povo – vai, ao contrário, sacudir o povo. Em vez de favorecer a letargia do povo, se transforma naquele que desperta o povo”

Frantz Fanon, *Os Condenados da Terra* (1968).

SUMÁRIO

Introdução.....	08
I. Belle Époque: dos salões às ruas	09
1.1 A Belle Époque europeia	09
1.2 A Belle Époque carioca e dissimilaridades	12
II. Imprensa na Belle Époque	18
2.1 Os periódicos e a modernidade	18
III. Imagens dos “filhos de Caim” nas páginas da Revista <i>O Malho</i>	25
3.1 A Revista <i>O Malho</i>	25
3.2 As Charges: O que se vê de dissonâncias nas ruas do Rio	27
III. Considerações Finais	38
IV. Referências	40

Introdução

Os primeiros anos do século XX ficaram imortalizados tanto pela riqueza de novidades e inovações em diversos âmbitos, manifestadas na cidade do Rio de Janeiro, quanto pelas influências da colonização eurocêntrica no processo de exclusão e preconceito social para com as minorias. Num contexto de remodelação urbanística e capitalista, foram aprovadas as medidas voltadas para a transformação da capital, condizentes com o projeto urbanístico idealizado pelo então presidente Rodrigues Alves.

Com o processo de exclusão e autoritarismo que foram e continuam sendo evidentes nas reformas urbanísticas, houve uma emergência do novo imaginário, e a produção literária e o discurso jornalístico deram conta desse novo imaginário, retratando tanto as belezas como as exclusões dessa modernidade. Assim, neste trabalho, o conceito de processo civilizador de Norbert Elias nos serviu de sustentação para entender que os discursos nos quais os periódicos abordam a cidade moderna e seus avessos, é fruto do projeto civilizatório do século XIX – que se perdurou no século XX, com o início da modernização, do ser e optar pelo novo, e que até os dias atuais o povo colhe o plantio de um processo segregador.

Dentro do teor enérgico de produção literária pelo novo, as crônicas e charges entoam as críticas sociais, apresentadas de forma reflexiva e irônica, sobre o modelo social da época. Dessa forma, neste trabalho, estudaremos o despontar da Belle Époque europeia, traçando a padronização parisiense para as ruas cariocas e suas dissimilaridades; ademais, a análise dos periódicos dos jornais e revistas, concernidos pela imprensa, será essencial para compreender os efeitos internos e externos da reforma urbana. Observando intrinsecamente o papel da imprensa, para concluir a pesquisa teceremos comentários analíticos a respeito das charges da Revista *O Malho* (1904), as quais apontavam o Rio dentro de uma modernidade em tons dissonantes, a partir de uma série de charges que retratam os excluídos e as camadas populares.

Trata-se de um trabalho bibliográfico aliado à pesquisa com fonte documental, através do qual se pretende realizar uma reflexão sobre as irregularidades da modernidade carioca no período da Belle Époque, com suas transformações, e também nos entraves que ainda são feitos e vistos perante as minorias sociais.

I. Belle Époque: dos salões às ruas

1.1 A Belle Époque europeia

Adentrar ao conceito da Belle Époque europeia é vislumbrar o cenário de mudanças transitórias tanto no espaço físico com a remodelação das cidades quanto nos comportamentos individuais dos habitantes, em que se buscava uma idealização de civilização. Dessa forma, é preciso demarcar que a época de mudanças na urbe europeia marcará uma ascensão elevada de embelezamento e civilização, acarretando os mesmos arquétipos na Belle Époque carioca.

A Bela Époque europeia, especificamente a francesa, enseja no período entre 1871-1914 (MÉRIAN, Jean)¹, e traz consigo avanços a níveis econômicos e tecnológicos, bem como abre os caminhos do imaginário da população. Na correlação, Jorge de Freitas aplica: “[...] A alegoria da metrópole pode ser compreendida através de dois aspectos fundamentais: pela interpretação da reestruturação material de Paris ocasionada pelas reformas urbanísticas do século XIX e pela constatação da criação de uma cidade de sonhos que atua no imaginário de seus habitantes”² (FREITAS, Jorge de. p.59). Desse modo, a metrópole europeia parisiense passa a ser reestruturada aos modelos em um escopo de transitoriedade, ou seja, era preciso que a construção se estabelecesse não somente no plano material com a saída dos elementos espaciais do passado e a nova concentração da modernidade, mas também que se atrelasse às emoções da população, onde as pessoas pudessem vivenciar os sonhos de estarem em uma cidade modelo – com beleza, estruturação e benesses que atendessem às demandas de uma determinada camada social.

As reformas urbanísticas europeias foram pensadas e praticadas pelo então Barão de Haussmann, escolhido para penetrar o arquétipo de embelezamento uno e privilegiado a um conceito de atemporalidade, pois os novos ares da modernidade chegavam para mudar o passado e transfigurar elementos calculados para não serem esquecidos facilmente no imaginário das pessoas, assim como para a arquitetura geográfica e social de outros espaços além de Paris. Urgia o resgate de núcleos citadinos que pudessem reproduzir a arte “verdadeira”, visando a retirada física da urbe até então malcheirosa, não iluminada e mal planejada – isto é, reestruturar para que o embelezamento de Haussmann norteasse por uma cidade pensada a níveis de alargamentos das ruas e avenidas,

¹ MÉRIAN, Jean. *A Belle Époque francesa e seus reflexos no Brasil*. In: *A Belle Époque brasileira*, Lisboa, 2012.

² FREITAS, Jorge de. *Walter Benjamin e a Paris material*.

estruturação da energia com boas iluminações, o facilitamento da mobilidade dos transeuntes; a intenção era levar o ideal de reconstrução dos sonhos para as pessoas.

No entanto, tal planejamento estava encadeado aos princípios capitalistas de uma consequência globalizada e extensiva de comercialização turística para a cidade, o que levou à exclusão de uma determinada classe social, pois, se um lado tem-se a elevação daquilo que se conceitua como novo, e encabeçado por ótimas estruturas espaciais, sociais e econômicas, de outro lado há a estigmatização de um povo encontrada nos subúrbios da cidade-luz.

Como exemplo da mão-de-obra extensiva e braçal por detrás da reforma, tem-se os operários, o proletariado, que se concentravam na linha de frente das obras, mas que, ao fim do trabalho, deslocavam-se para áreas afastadas da cidade adornada, ou seja, locais concentrados nos subúrbios de Paris. Esses proletários vieram da emigração, a fim de encontrarem condições de trabalho e melhorias de vida – sejam nas indústrias e/ou nas obras públicas. Eles eram rotulados como “classes perigosas” pela burguesia e pelos responsáveis da reforma urbanística e, como frisado, viviam em áreas subalternas – distantes dos grandes centros onde se estabeleciam os parques e as demais regalias as quais determinada classe poderia usufruir (MÉRIAN, Jean). As áreas afastadas eram palco de estigmatização e doenças, tal qual na Belle Époque carioca, que veremos mais adiante.

À época, os poetas disseminavam em seus escritos as nuances da realidade na qual eles presenciavam. A exemplo Charles Baudelaire que, a respeito das mudanças entre a antiga e a moderna Paris, escreveu *O Cisne*, evidenciando a reconstrução da cidade e uma certa crítica referente ao escopo da modernização:

Poema *O cisne*, de Baudelaire:

“Foi-se a velha Paris (de uma cidade a história
Depressa muda mais que um coração infiel);
[...]
Paris muda! muda, mas nada em minha nostalgia
Mudou! novos palácios, andaimes, lajedos,
Velhos subúrbios, tudo em mim é alegoria.
E essas velhas lembranças pesam mais do que rochedos”.³

³ BAUDELAIRE, Charles. In: *As Flores do Mal*, NOVA FRONTEIRA, 1985.

Esse poema, segundo Walter Benjamin, “possui o movimento de um berço que balança entre a modernidade e Antiguidade” (BENJAMIN, Walter. 2009)⁴, isto é, uma fonte de transformações que ensejaram as reformas. Percebe-se um sujeito poético fadado às lembranças de um passado o qual não lhe pertence mais, por isso a nova Paris ressoa a ele como um lugar irreconhecível, onde sua identidade e vivência não são similares, nem sequer adentram ao pertencimento. Dessa forma, o sujeito é aplinado pelo obstáculo de lidar com essas lembranças, visto que elas são acumuladas emocionalmente, sendo metaforicamente mais pesadas que rochedos. Essa sensação do eu-lírico pode ser correlata às sensações daquele povo estigmatizado pela reforma que ocorria, tendo em vista a dissimilaridade no pertencimento social e econômico na figuração das mudanças. O pertencer, para o povo, acaba dissolvendo-se no ar de imediatismo cívico, moderno e segregado.

A subjetivação encontrada nos sonhos dos franceses significava o momento de progresso tanto das relações sociais com as mudanças civilizatórias no comportamento, nas vestimentas, nos novos hábitos de consumo e na cultura erudita (evidenciando as artes e o cinema), como também nas mudanças espaciais e físicas da reforma. O progresso revelaria o que Walter Benjamin denominou como “lugares de peregrinação ao fetiche da mercadoria” (BENJAMIN p. 43). Pode-se entender esse apontamento como característico da Paris que passa a se significar, nos grandes centros, como um local do mercado de consumo e de prazeres subjetivos supérfluos, pois os movimentos passam a ter um pertencimento passageiro, que desaparece e se substitui. Paris, então concebida como a imagem da modernidade, passa a abarcar a efemeridade situacional, mas sempre determinando o progresso da modernização na efemeridade. Como aponta Marshall Berman, há um caráter paradoxal do que venha a ser o moderno. Segundo o autor, o novo confere a promessa de aventura, progresso e superação de barreiras, mas, ao mesmo tempo, traz a destruição das tradições (BERMAN, 1986, p.15)⁵

Interessante o quanto a Belle Époque europeia estabelecia seu modelo imagético de modernidade, colocando em evidência a similaridade com as reformas da bela época carioca. Os planejamentos em se fincar a imagem da modernidade não poderiam ser correlatos apenas à cultura com suas artes eruditas e vestimentas, era preciso expandir horizontes os quais a comercialização capitalista pudesse obter detrimento. Com as aparições do ferro e vidro, tem-se o primeiro arquétipo construtivo parisiense de beleza e maravilha do mundo: a Torre Eiffel, desenhada e criada por Gustave Eiffel. O conceito artístico o qual se ambientava trazia ares de revolução, como uma metamorfose em

⁴ BENJAMIN, Walter. Paris, capital do século XIX. In: Passagens. Trad. Irene Aron e Cleonice Paes Barreto Mourão. Belo Horizonte: Ed. UFMG; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009.

⁵ BERMAN, Marshall.. Modernidade, ontem, hoje e sempre. In: Tudo o que é sólido desmancha no ar. São Paulo, Companhia das Letras.

suas fases marcantes e proeminentes. (MÉRIAN, Jean). A arte visual começava a ensinar o apuro ao embelezamento, ao apreciar das construções e seus sentidos subjetivos (emocionais) e físicos (com as remodelações) cidadinas.

Tem-se, assim, o impressionismo como dominante da estética artística da primeira fase – contendo artistas como Monet, Degas, Renoir e Van gogh. Com essa leva célebre artística, surge o movimento Art Nouveau, simbolizando o marco temporal da Belle Époque, pois essa passagem conceituava-se pelas construções expansivas e arquitetônicas com a raiz do ferro e do vidro, ocupando um arquétipo universal da arte nas construções que poderiam ser manuseadas com os materiais originários da indústria. O conceito era adquirir uma quebra das formas geométricas clássicas. Segundo R. F. Pissetti e C. F. Souza (2011, p. 18)⁶, o Art Nouveau pode ser definido como:

Um movimento internacional desenvolvido em países da Europa e nos Estados Unidos entre o final da década de 1880 e a Primeira Guerra Mundial, com o objetivo de criar uma arte moderna em resposta ao revivalismo histórico exaltado pela era vitoriana, e eliminar as distinções entre as belas-artes e as artes aplicadas. (PISSETTI, R. F., 2011).

Dessa forma, o movimento tem a contundência de unificar as origens artísticas, bem como referenciar e enaltecer pelo poder das formas naturais, técnicas simbolistas e a inclusão de novos materiais inovadores, como o ferro e o vidro citados. O que se via à época era um conceito artístico liberto das convenções restritas, ocupando a originalidade em seu sentido único aos materiais e estabelecendo um modelo personalístico que influenciaria tanto os conceitos da arte na Europa, como também a Belle Époque carioca, resultando na percepção de padronização do prefeito Pereira Passos na remodelação do Rio de Janeiro.

1.2 A Belle Époque carioca e suas dissimilaridades

O Brasil não ficou imune à modernidade europeia que se consolidou na “Paris, capital do século XIX”⁷; e o Rio de Janeiro de fins do século XIX, espelhava bem a situação poder político-econômico do país, que era representado pelas oligarquias. As riquezas estavam concentradas nas

⁶ PISSETTI, R. F.; SOUZA, C. F. Art Nouveau e Art Déco: confluências. Revista Imagem, Caxias do Sul, v.1, n.1, p. 17-24, jun-dez 2011.

⁷ Essa expressão dá título ao capítulo do livro *Charles Baudelaire, um lírico no auge do capitalismo*, de Walter Benjamin.

mãos dos proprietários rurais, ou seja, só os mais abastados detinham desses privilégios; um grupo bem específico e seletivo. Esse poder político caracterizou o cenário da Primeira República, com as oligarquias no Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia, Pernambuco, Rio Grande do Sul e Minas Gerais (OLIVEIRA, Lúcia. 1990)⁸. A partir de 1902, tendo em vista a queda da economia brasileira e os interesses da economia mundial – as intenções dos EUA e Europa de buscarem novos investimentos –, Rodrigues Alves idealizou e concretizou a reforma urbana do Rio. A intenção era modernizar a ponto de chegar a um modelo “do mundo europeu civilizado” (NEEDELL, Jeffrey. 1993)⁹.

Dessa forma, Rodrigues Alves coloca Pereira Passos, prefeito entre 1902 e 1906, como responsável pela execução do centro da cidade. As reformas, idealizadas no papel e colocadas em prática, foram financiadas com muito dinheiro; com o cerne de banqueiros internacionais, as modelações das cidades garantiram financiamentos pelo ministro da viação, obras, indústria e obras públicas, Lauro Severiano Muller e, principalmente, pelo então prefeito Pereira Passos.

Pereira Passos foi um homem visionário, sempre com intenções de inovar os parâmetros relacionados às construções e modelos engenhosos. Obteve seus estudos na França e, acompanhando a reforma de Paris, realizada pelo engenheiro Georges-Eugène Haussmann, conseguiu conhecimento e artifícios necessários para seu desempenho como membro do Clube de Engenharia e dono da Estrada de Ferro. Demandado pelos anseios da classe dominante por uma reforma urbanística, Pereira Passos começaria a idealizar a transformação completa da cidade, com o plano de retirar, à força, o povo menos favorecido de suas casas. A intervenção de Pereira Passos ficou conhecida como “bota-abaixo”, cujo intuito permeava a expulsão em prol de um discurso de embelezamento e limpeza citadinos, a fim de se reproduzir um Rio civilizado e purificado da sordidez que, para a elite, adivinha inerentemente do povo estigmatizado. Os planos tinham como alvo a melhoria do porto, o embelezamento da cidade e, também, o combate às epidemias. (NEEDELL, Jeffrey. 1993).

Foi então no Distrito Federal, até então a cidade do Rio de Janeiro, que o padrão Haussmanniano foi implantado, a fim de servir como modelo para outras capitais do país na Primeira República. A idealização, de fato, espelhava-se na reforma da Belle Époque parisiense. Estima-se que 1.600 habitações foram demolidas e 20.000 pessoas foram expulsas à força (NEEDELL, 1993, p.257). Essa estimativa das 600 habitações é levada apenas como uma estimativa, pois, na maior parte dos casos, a prefeitura retirou mais habitações do que eram precisas para, depois, vender a quantidade de acordo

⁸ OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A questão nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense; Brasília: CNPq, 1990. 208p.

⁹ NEEDELL, Jeffrey D. *Belle époque tropical: Sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

com o valorizado. E isso se intensifica quando depara-se com a quantidade de habitantes na cidade do rio. No início do século XX, estima-se uma população de 600 mil habitantes foram despejados de suas casas – a maior parte deles constituía-se por negros e escravos. Localizados em cabeças de porcos e cortiços, muitos deles eram desempregados e exerciam vários bicos, várias pequenas profissões para poder sobreviver. Essas profissões são aplainadas quando João do Rio elucida, na crônica “Pequenas Profissões”¹⁰, do livro *A alma encantadora das ruas*:

Todos esses pobres seres vivos tristes vivem do cisco, do que cai nas sarjetas, dos ratos, dos magros gatos dos telhados, são os heróis da utilidade, os que apanham o inútil para viver [...] a polícia não os prende, e, na boêmia das ruas, os desgraçados ainda são explorados pelos adelos, pelos ferros-velhos, pelos proprietários das fábricas [...] à disparada entre os squares sucessivos, a ralé dos botequins, aos gritos, deitou na perseguição do pobre cigano molambeiro, da pobre profissão ignorada que, como todas as profissões, tem também os malandros. (RIO, João do. p.24, 1995)

Nesta crônica, nota-se a exclusão dos pequenos trabalhos do povo que, antes e no início das reformas, já eram estigmatizados. Percebe-se, aqui, que o cigano estava atrás do catraieiro. O cigano vai atrás para oferecer os seus produtos de trabalho para o catraieiro, a fim de conseguir o sustento de sua família. Porém, é renegado e excluído, levando à precariedade das condições de saúde, de sustento e bem-estar social. Nessa época, a exposição às doenças como varíola e febre amarela foram constantes. Com o povo necessitado de condições sociais e econômicas, o surto das epidemias se intensificou, principalmente pelo inchaço urbano e devido ao destrato com que o Estado e demais poderes praticavam em relação aos menos favorecidos.

Embora a influência de Oswaldo Cruz tenha determinado mudanças a nível salubre, o apagamento aos excluídos se estabelecia nos pequenos comportamentos rotineiros, na integração aos direitos sociais, e na possibilidade de uma igualdade socioeconômica. Ao mesmo tempo em que as variadas doenças se propagavam, o estigma de enfermidade atrelava-se ao povo oprimido, como se os próprios carregassem as doenças e espalhassem pelos núcleos citadinos. Um preconceito racial que desabrochou nos iniciais do europeização, e que perpassou à modernidade. Esse fator pode ser visto nas recriminações as quais muitos membros da elite, ou classe média, faziam, e ainda fazem, em relação às expressões populares - como o carnaval e manifestações culturais que ecoam a resistência do povo. Os insultos e tais manifestações de cunho popular ficaram mais fervorosos com a ascendência da cultura popular. Como aponta Jeffrey Needell:

¹⁰ RIO, João do. *Pequenas profissões*. In: *A alma encantadora das ruas*, p.24, 1995)

[...] Pereira Passos não condenava apenas as ruas estreitas e imundas, mas também as fechadas sem pintura, e os estilos rurais de consumo os aspectos “bárbaros” do carnaval [...] carnaval expressava em parte essa cultura afro-brasileira da qual a elite afinada com os padrões europeus se envergonhava” [...] tais indivíduos queriam pôr um fim ao Brasil antigo, ao Brasil “africano” que ameaçava suas pretensões à civilização, apesar de se tratar de uma África bem familiar à elite¹¹ (NEEDEL, Jeffrey D, p.71, 1993)

É perceptível, além das construções modernas, o viés preconceituoso que estava por debaixo do tapete de embelezamento e da chamada “limpeza” cidadina. Era necessário, de fato, extirpar os pobres – em sua maior parte negros –, das áreas mais visitadas e requisitadas dos núcleos urbanos, pois essas pessoas traziam “vergonha” para a elite e para a classe média alta residentes. Uma vergonha que se ampliou naquela época, e que se amplia até hoje, encontrada em diferentes tratamentos – mas que, no final, todos os tratamentos e atos se resumem em apenas um: o preconceito. Por exemplo, um fato recorrente e fatidicamente atemporal são os olhares tortos, a demonstração de medo e repulsa para o povo que vai até a Zona Sul para aproveitar um dia de sol. Os olhares da alteridade são certos, e logo tentam se desviar ou até mesmo recriminar, por meio da raiva intrínseca a cada olhar e pela insatisfação da presença do povo – que muitas vezes vêm da baixada e regiões suburbanas para aproveitar o lazer, que é raro em se ter devido ao acúmulo de trabalho no qual o povo precisa se submeter para o sustento. Como aponta Mauch:

No Brasil de finais do século 19, a noção de classes perigosas aparece impregnada de um indiscutível racismo. Não são inicialmente as multidões ou os trabalhadores organizados que preocupam nossas classes dominantes, mas a suposta tendência à vadiagem e à imoralidade dos negros libertos e dos chamados nacionais. Se os pobres em geral são tidos como perigosos, o que não dizer dos negros, tradicionalmente encarados com temor pelas elites brasileiras e vistos como portadores de uma ‘incapacidade congênita’ de adquirirem hábitos civilizados¹² (MAUCH, C. 1994. p. 14).

Esse apontamento da autora fundamenta os preceitos preconceituosos os quais muitos, da alta elite, carregavam. Com ar de superioridade, os eurocêntricos tachavam os que não seguiam o escopo “civilizado” de marginais, além de se referirem a eles como os precursores das doenças e entraves históricos e sociais – como a pobreza, os problemas de saneamento básico, o inchaço populacional, ou seja, atribuíam a culpa pela desordem social e econômica aos pobres e negros, mas não ao processo de exclusão social e econômica em si. Como aponta Adriane Nopes: “Como categoria analítica, a ideia de eurocentrismo refere-se a um discurso etnocêntrico que propõe uma história universal

¹¹ NEEDEL, Jeffrey D. *Belle époque tropical: Sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993

¹² MAUCH, C. *Saneamento moral em Porto Alegre na década de 1890*. In: MAUCH, C. *Porto Alegre na virada do século 19: cultura e sociedade*. Porto Alegre/Canoas/São Leopoldo: Universidade/UFRGS/Ed. ULBRA/Ed. UNISINOS, 1994.

construída a partir da Europa Moderna, cota soberania homogênea e “civilizada”¹³. Isto é, a sociedade deveria comportar-se - em seus preceitos, valores e atos -, ao dito homogeneizado europeu, estabelecendo uma raiz padronizada, seletiva e preconceituosa.

É interessante retomar o que a autora aponta como “discurso etnocêntrico”, pois a consequência de subdividir as pessoas em grupos civilizados ou não, agrega notória segregação sócio-espacial, que foi e é nitidamente vista nos espaços temporais do passado e presente, pois aquele discurso perfaz vários preconceitos que caminham assiduamente nos comportamentos daqueles os quais se intitulam como civilizados e superiores a nível intelectual, social e comportamental, isto é, do “eu” privilegiado em detrimento ao “outro” estigmatizado.

Assim, o escopo de embelezamento físico citadino, bem como os fatores sociais, econômicos e étnico-raciais, deveriam ser também retratados no Rio de Janeiro. Isto é, o Rio devia seguir a civilização modelar, fazendo com que atraíssem a imigração dos estrangeiros para o novo núcleo de imagem que estava surgindo. Paris, assim, passava sua faixa de modelo eurocêntrico-colonial – e, principalmente, com ares modernos –, para as terras cariocas. Dessa forma, o arquétipo atraente da cidade levaria à finalidade de atrair relações internacionais, assim movimentando os enlaces a nível econômico tanto com a política interna quanto externa e internacional, obtendo o devido reconhecimento.

Nessa projeção da reforma, foi apresentado objetivos: remodelação citadina com o alargamento das principais vias e ruas do centro, a criação da Avenida Beira-Mar para interligar a Zona Sul ao Centro, a criação do Teatro Municipal, a ligação da Lapa com o Estácio, inauguração de estátuas imponentes; arborização do centro, melhorias do porto e o saneamento urbano. (NEEDELL, Jeffrey D. 1993). Em contrapartida, com a reforma de Passos, passamos a perceber, por trás do ideário de embelezamento da cidade, o quanto a burguesia e o Estado reprimiam a população menos favorecida. Essa repressão advém de uma concepção de civilização, enraizada e estruturada desde a colonização eurocêntrica. Aquilo que os colonizadores, vulgo exploradores, deixaram, marcou o ideário de purificação dos povos, a aceitação e condicionamento do branco como belo e padrão, bem como suas condições sociais e econômicas condizentes ao longo dos séculos – firmando na terra, nos atos pessoais e em todo um sistema tais preceitos de condicionamento no Brasil republicano e, veemente, no Brasil do século XIX para XX, em que o poder capital externava suas garras.

¹³ NOPES, Adriane. *EUROCENTRISMO E O PROJETO DE MODERNIZAÇÃO DO BRASIL*: uma análise sociológica a partir da fala dos Engenheiros Professores da UFSC (1960-1980).

O condicionamento cívico precisava corresponder à moralidade e aos bons costumes, prerrogativas que fincaram um panorama até os dias atuais. Como João do Rio aponta em *A alma encantadora das ruas*, a elite e a classe média alta importam-se e/ou conhecem em demasia com/as situações e ocorrências que surgem e vêm do estrangeiro, mas não se atentam aos problemas sociais e econômicos arraigados dentro do próprio país, sendo indiferentes para com o definir do povo:

O Rio pode conhecer muito bem a vida do burguês de Londres, as peças de Paris, a geografia da Mandchuria e o patriotismo japonês. A apostar, porém, que não conhece nem a sua própria planta, nem a vida de toda essa sociedade, de todos esses meios estranhos e exóticos, de todas as profissões que constituem o progresso, a dor, a miséria de vasta Babel que se transforma. E, entretanto, meu caro, quanto soluço, quanta ambição, quanto horror e também quanta compensação na vida humilhante de que estamos a viver¹⁴ (RIO, João do. p.27. 1995).

Nota-se aqui, veementemente, que o fator social tornou-se enraizado pela colonização: a problemática não foi e não está centrada em encontrar uma solução ou remediar a disparidade hierárquica entre ricos e pobres, mas sim em aniquilá-los, onde quer que estejam, de suas habitações ou vilipendiar-los pelas conquistas, pelos merecimentos arditos que o povo precisa abdicar para conseguir. A ideia de perseguição torna-se uma tônica, tendo em vista que os argumentos não são voltados para traçar métodos de viabilização aos excluídos, quando na verdade quaisquer comportamentos a nível pessoal e social dos estigmatizados serão desconsiderados e colocados à inferioridade.

A política de remoção das casas não focava somente em demolir fisicamente os lares, mas também demolir em seu verbo de ação no sentido mais figurado e oportuno: demolir aniquilando o pobre e seus pertencimentos, tanto materiais quanto no âmago subjetivo e emocional. Dessa forma, estando socialmente e economicamente reféns da uma vida insalubre – fruto da máquina estatal que renega a população, a “mudança de mentalidade” parte daquele pressuposto eurocêntrico e civilizatório de embranquecer o povo, tanto na quebra de pensamento quanto nas práticas sociais, para que assim esses possam ser coniventes a um controle estatal e pensado metodicamente por um sistema o qual renega o pobre, o negro e o mestiço, marginalizando-os e colocando-os nos espectros da barbárie.

Nesse espectro, urge uma forma de moldar o povo tanto fisicamente quanto mentalmente – manipulando o controle de suas emoções, ações e comportamentos. A forma como isso ocorre parte

¹⁴ RIO, João do. Pequenas profissões. In: *A alma encantadora das ruas*, p.27. 1995.

de um controle social, no qual o sistema molda inicialmente o escopo do campo mental. Como aponta Nobert Elias:

[...] O controle social, no entanto, torna-se mais imperativo. E, acima de tudo, lentamente muda a natureza e o mecanismo do controle das emoções. Na Idade Média, o padrão de boas e más maneiras, a despeito de todas as disparidades regionais e sociais, evidentemente não mudou de qualquer forma decisiva. Repetidamente, ao longo dos séculos, as mesmas boas e más maneiras são mencionadas. O código social só conseguiu consolidar hábitos duradouros numa quantidade limitada de pessoas. Nesse momento, com a transformação estrutural da sociedade, com o novo modelo de relações humanas, ocorre, devagar, uma mudança: aumenta a compulsão de policiar o próprio comportamento. Em conjunto com isto, é posto em movimento o modelo de comportamento¹⁵ (ELIAS, Norbert. p.93. 1994)

Com uma análise sobre os discursos perante a problemática das remoções habitacionais, e como esse acontecimento perdurou, e perdura, num modelo prescritivo de controle, Janice Perlman reforça o porquê do tratamento da elite para com o povo corresponder à inviabilização e à indiferença. Pela teoria do que a autora entende como “Mito da Marginalidade”¹⁶, ela aponta que as casas, morros e cortiços eram entendidos pela classe dominante como locais sem organização interna, e que por isso o povo se portava, e se porta, como isolado, antissocial, bruto, raivoso – pelo fato de situarem-se à margem e carregarem em si as dores; o atraso de vida no campo profissional, pessoal e amoroso em relação àqueles pertencentes aos ares do privilégio moderno. Entretanto, esse mito da marginalidade recai para a elite, classe média e Estado como um comportamento estereotipado e preconceituoso em relação ao povo – como se todos os pobres, negros e mestiços fossem “brutos”, “raivosos” e “isolados”. Isto é, a própria pessoa favorecida e privilegiada repele o oprimido, rotulando-o e excluindo-o do campo de convivência (o que sempre ocorreu).

II. Imprensa na Belle Époque

2.1 Os periódicos e a modernidade

O principal discurso semantizador da formação da nação moderna foi a imprensa através dos periódicos em circulação. Os jornais e as revistas buscavam adquirir enlaces com o mundo emancipador das tecnologias, gerindo o interesse pelas novidades da modernização e apresentando, a todos, uma construção de escritos que pudessem representar aquilo que a população gostasse de ler,

¹⁵ ELIAS, NORBERT. *O processo civilizador*. p.93. 1994

¹⁶ PERLMAN, J. *O Mito da Marginalidade: favelas e política no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981 [1981].

como as ilustrações pelas charges, fotografias, revistas – a fim de produzir uma gama de publicidade e conquistar o público e o mercado pela comunicação em massa.

Dessa forma, é preciso conceber que a reconstrução citadina e a imprensa estabeleceram por muito tempo uma relação de similaridade. Com o embelezamento das cidades, o que se esperava continha-se no progresso amplificado das variadas áreas, seja no ir e vir ou no acesso ao espaço físico de maneira segura, e os jornais, cartazes e revistas acompanhavam o ascender também por melhorias: na comunicação por uma melhor mobilidade urbana com ajustes nos meios de transporte, ou no anúncio de um novo produto do mercado para consumo. Um dos aparatos entre modernidade e imprensa foi a sede do Jornal do Brasil, em 1906, localizando-se no maior meio de transitoriedade de consumo e mercado: a Avenida Brasil. Como aponta Maria de Lourdes Eleutério:

[...] Em 1906, incluindo-se entre as perspectivas urbanísticas do prefeito Pereira Passos, a sede do Jornal do Brasil tomou lugar na avenida Brasil. Instalou-se ali, o maior parque gráfico da imprensa brasileira: linotipos, sistema fotomecânico, impressão em cores. O que havia de mais moderno chegava aos escritórios da redação com a novidade das máquinas de escrever para cada um dos jornalistas. [...] Ao longo dos anos e do surgimento de novas mídias, o veículo foi pioneiro em 1924 ao introduzir uma seção sobre rádio, assim como, em 1929, a primeira seção sobre cinema falado¹⁷ (ELEUTÉRIO, Maria. 2012)

Os núcleos citadinos precisariam corresponder à finesse europeia; logo a primazia pelo progresso ganhava forma e o espaço era preenchido pelas novidades e imediatismo moderno: o enfoque era propagar informação e entretenimento. Dessa maneira, o primeiro registro textual a ser analisado aqui é a revista. Caracterizada por trazer especificidades para cada assunto social referente à época, ela conquista, de forma material e inteligente, cada grupo interessado em consumi-la, bem como na absorção pelo que estava no conteúdo dela. Torna-se perceptível o ideário civilizatório, de unificação e aprofundamento dos desejos individuais. Nesse escopo de uma realidade elitista, não se assumia um conteúdo voltado ao coletivo, mas sim aos desejos e interesses individuais, por mais que a emancipação dos valores da família tenha sido uma tônica naquela época. O intuito era propagar os interesses na individualidade, a fim de se atrair um público coletivamente proposto ao poder de compra, resultando na produção em massa de periódicos e no reconhecimento da reforma e da imprensa.

O coletivo formava-se, assim, por cada segmento e especificidade sociais, sendo construído na analogia de uma pirâmide hierárquica – onde o pobre estigmatizado encontrava-se na base. A

¹⁷ ELEUTÉRIO, Maria. *Imprensa a serviço do progresso*. In: História da imprensa no Brasil.. Editora Contexto, 2012.

pseudo-coletividade que se formou, dentro do fator social, é dessa forma marcada pelo enlace entre subjetividade (sonhos, desejos, valores tangíveis para quem tem capital e capacidade de consumo) e a objetividade da imprensa em prontificar o conteúdo. Nessa acepção, a revista tinha o papel em perpassar, anunciar e propagar essa ambivalência de conteúdo, que era envolto de anúncios os quais a finalidade era apresentar um produto para que fosse adquirido – levando em relevância o momento de globalização e industrialização que estava em crescente demanda. Isso acabaria repercutindo no discurso publicitário como ponto de encontro aos preceitos da modernidade, e enfatizando uma roupagem que atendesse não somente ao público energizado com as mudanças, como também à imprensa. Como aponta Nelson Sodré:

A imprensa no Brasil é um reflexo [...] de uma organização material poderosa e aperfeiçoada, vivendo principalmente de publicidade, organizados em suma e antes de tudo como uma empresa comercial e visando mais penetrar em todos os meios e estender o círculo de seus leitores para ampliar o valor de sua publicidade do que empregar sua influência na orientação da opinião pública¹⁸. (LECLERC apud SODRÉ, 1966, p. 288).

Isto é, os organizadores dos periódicos e a imprensa precisavam construir mecanismos de venda e de acesso ao momento pessoal, social e econômico presente, a fim de corresponder às demandas vigentes para que o reconhecimento do capital e da efervescência das transformações citadinas aumentassem. Como aponta Adorno: “na sociedade industrial de troca nem tudo que pertence à sociedade pode ser imediatamente deduzido de seu princípio. Ela encerra inúmeros enclaves não capitalistas” (ADORNO, 1993, p. 48)¹⁹. Esse apontamento do sociólogo vai de encontro ao ponto da não inserção e desvalorização do pensamento do povo – sendo esse tratado como pessoa apenas quando as intenções são pautadas no poder da compra que ele fará. Isso é perceptível massivamente nos dias atuais; aquilo que é fruto da globalização e da culturalização da indústria encontra-se nas liquidações relâmpagos das lojas, nas promoções imbatíveis colocadas nos grandes centros de comércio com o objetivo principal: manipulação e poder de compra nas mãos do povo.

A população deparava-se com um bombardeio de anúncios de produtos que a interessava e, em algumas seções da revista, havia um eixo segmentado com um comentário reflexivo, e que supostamente agregava valores para o leitor. Dessa forma, tratando-se dos periódicos, no entremeio de 1904 a 1909, tem-se o surgimento da revista Kosmos. Comandada por Mário Behring, as páginas irão sintetizar o ideal civilizatório e de progresso material que ecoava aos quatro cantos na Belle Époque. Interligando o processo, bem como a mensagem de perpassar o materialismo civilizatório,

¹⁸ SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

¹⁹ ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. *A Dialética do Esclarecimento*. 1.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

ascende-se a revista Fon-Fon (1907-1945), cuja tônica se voltará para a representação, da autoimagem, do progresso da Belle Époque. As páginas continham o de mais moderno e belo nos espaços físicos urbanos: a expansão da Avenida Central, fotos dos edifícios construídos, a população que perambulava pelas ruas e belezas empossadas pela reforma.

Com esse efeito imagético e de fixação do leitor, se teria a identificação da urbanização moderna e o intuito de elevar o reconhecimento das construções e dos periódicos, onde se estabeleciam as imagens. Todo esse trabalho era envolvido em uma alta diagramação, com papel couchê, a fim de corresponder aos padrões esperados de uma grandiosa civilização em que o tonificador era o padrão belo. A art nouveau, como vimos no subtópico da Belle Époque europeia, fez-se presente também nos periódicos da revista Fon-Fon, explicitando a influência na qual a cultura parisiense tomou forma (ELEUTÉRIO, Maria. 2012). Levando em consideração a inclusão, as revistas que se constituíam com um alto teor gráfico e imagético eram concentradas também para a população detentora do analfabetismo, obtendo assim o reconhecimento de todos sobre o desenvolvimento de transformações das cidades. Desse modo, é interessante ressaltar as funções que a imagem pode propagar no ser; além da visualização a qual pode ser minuciosa, dependendo do leitor, a imagem abre ativa os nossos frames, os espaços mentais da cognição, oferecendo a possibilidade de ampliação de interpretações pelo conhecimento de mundo.

Seguindo as concepções dos periódicos, tem-se o jornal que se caracterizava por seguir uma produção voltada para um consumo de fácil e rápida leitura. Comumente vendido no período vespertino, trazia a notícia de forma a disseminar todos acontecimentos e assuntos da cidade – onde se encontrava questões políticas e sociais. Alinhado ao desafio de estabelecer uma estrutura comercial, o jornal passa a desempenhar uma posição de propagador de noticiários para todas as classes sociais, a fim de se consolidar não apenas nos grandes centros, como também nos subúrbios e pequenos municípios, fato esse que se denota até os dias presentes.

Como um desafio para os profissionais, a imprensa passa a dar preferência pela objetividade, colocando ao jornal o dever de produzir textos mais objetivos, deixando para trás a preconização das revistas – que constavam de uma linha de produção textual voltada às individualidades e preferências do leitor. Nessa interface, o jornal enseja o lugar para as reportagens. O exemplo de um ponto fora da curva, marcado pela virada do século e pelas mudanças de cunho social, político e econômico, será a revista *O Malho*, cuja conceituação, estrutura e popularidade serão vistos e trabalhados mais adiante.

A respeito da tipologia linguística a qual era utilizada nos periódicos jornalísticos, por mais que o efeito funcional de reproduzir a informação objetiva sobre o que permeia a cidade fosse o cerne do produto capitalista, a forma como a linguagem era retratada nos textos e nas escolhas das imagens fortalecia o efeito de querer se viver aquele período de reformas e adentrar ao escopo subjetivo da fantasias, dos sonhos em se presenciar os grandes centros com ares puros e belos. Sabendo que o enunciado realiza um ato e que o ato se realiza no enunciado (DELEUZE e GUATTARI apud GOMES, 2003, p. 65)²⁰, essa abordagem era feita dentro da construção informativa, ou seja, no jeito correto de se estruturar sintaticamente as palavras corretas e necessárias para se atingir determinados públicos. Presenciava-se uma semântica de poder, onde a tônica fincava-se na necessidade das pessoas em reconhecerem e, se possível, de também vivenciarem as qualidades e regalias da bela época.

Dessa forma, a linguagem encontrada nos jornais do final do século XIX retrata, de forma explícita, uma estrutura de sentido semântico aplainada pelo contexto de se civilizar as cidades, isto é, retirar pobres, negros e mestiços para as áreas mais afastadas – e a imprensa obteve papel influente nisso, como o jornal italiano *Fanfulla*. Criado em 17 de junho de 1893 e sendo publicado todos os dias em São Paulo, o jornal publicava os conteúdos em língua italiana. Parte de um excerto aponta: [...] “É bem doloroso para um país forte e altivo ter de sujeitar-se às imposições de 700 ou 800 negros e mulatos que, senhores dos canhões, ameaçam a capital da República”²¹ (SODRÉ, Nelson. p.377,1966). A tônica de se remodelar a cidade para filtrar os pobres, que em sua maioria constituíam-se por negros e mulatos, foi a ideia primordial no transmutar dos séculos.

No início do século XX, o ideário de civilização manteve-se, mas houve uma abertura para a literatura que vem do chão, resgatando as identidades dos excluídos da reforma e sendo eles representados por alguns autores. Assim, a literatura adentra ao meio da imprensa e passa a estabelecer uma relação de troca, em que um atende ao outro, mas com intenções claras de reconhecimento prestigioso de renome e financeiro. Um dos escritores principais, e que produz a catarse efervescente deste trabalho, é João do Rio. Um cronista em ascensão, ganhava seu salário pelas crônicas que enviava aos periódicos, algo entre 30 e 60 mil réis. À época, João do Rio representava a voz de um povo menosprezado.

Assim, no desenvolvimento das transformações, os interesses sociais e econômicos começaram a se delinear, promovendo uma atenção maior às pessoas estigmatizadas e aos recursos

²⁰ _____. Poder no Jornalismo: Discorrer, Disciplinar, Controlar. São Paulo: Harcker/Edusp, 2003

²¹ SODRÉ, Nelson. *História da imprensa no Brasil*. EDITORA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA S.A. Rua 7 de Setembro, 97 RIO DE JANEIRO 1966.

de mobilidade e custo de vida, como transportes e alimentação. Os jornais passaram a retratar nos periódicos as defasagens que ocorreram devido ao despejo dos oprimidos nas ruas. Com a presença de João do Rio, há uma repaginação do fazer jornalístico, pois o cronista foi o pioneiro na criação da entrevista, da reportagem de campo e das enquetes e, o mais importante, disseminou a influência de que o profissionalismo de um jornalista/repórter é sentindo o chão da rua – movimentando os olhares para o povo, levantando os problemas sociais e mostrando o outro lado das reformas, o lado que não é repleto de fantasias e belezas visuais.

Como aponta Ventura: “[...] João do Rio foi o primeiro jornalista a subir os morros do Rio, a entrar nos presídios, a fuçar os antros de ópio [...], a revelar as religiões, a se interessar, enfim, pelo outro lado de uma cidade já partida” (VENTURA, 2001, p. 45)²². Assim, o cronista apostou em uma literatura que deu importância à realidade político-social, socioeconômica e cultural do país, principalmente na passagem dos anos de república para a modernidade, em que as modificações despontaram nas cidades, principalmente no rio de janeiro com a Belle Époque, dentro do capital internacional.

Tratando-se dos jornais que apresentavam fortemente um público do subúrbio, destaca-se o Correio de Manhã e o Jornal do Brasil, em que se articulava uma atenção e primazia para a classe operária – destacando os entraves que cercavam a população e reivindicando por melhorias. E será no caminhar do século que passamos a observar uma junção ainda mais intrínseca da literatura de identidade nacional com a imprensa. E, claro, essa junção se conjugava por interesses econômicos. Assim foi com o legado da “antropofagia cultural”, pautada pelos intelectuais literatos no governo Vargas, onde se preconizou o resgate das forças identitárias da cultura brasileira, isto é, a fortificação dos povos originários, das raízes musicais como o samba, raízes culinárias que advêm das terras brasileiras, e essa é uma pauta que transmuta desde 1920, com o movimento modernista.

Em contrapartida, a prática não era tão similar à teoria. As expressões do dito popular continuavam a ser colocadas à margem, ao lugar daquilo que se concebe como ridicularizado e irrelevante para os principais jornais elitistas, os quais eram fonte primária da notícia no país. E nota-se, no despontar do tempo, e na cronologia atual, a constância em se fincar as expressões culturais populares ao teor de estigmatização. Como preconiza Rafael Cardoso, em “O problema do modernismo brasileiro”:

²² VENTURA, Zuenir. *Jornalismo e Literatura: alianças e diálogo*. In: AZEREDO, José Carlos de. (Org.) *Letras & Comunicação: uma parceria no ensino de língua portuguesa*. Petrópolis: Vozes, 2001.

[...] O que significa professar a modernidade num contexto marcado por relações e estruturas escravagistas e regido há quinhentos anos pelos mesmos poderes oligárquicos e espoliadores? Em toda a considerável historiografia do modernismo brasileiro, há pouca menção a fenômenos inescapáveis para quem viveu os anos 1920 e 1930 no Brasil: cinema e cultura midiática; música popular e carnaval; favelas e movimentos operários; cangaço, levantes e revoluções; a ditadura do Estado Novo. Essas manifestações da vida coletiva costumam ser empurradas para as margens, como se fossem de algum modo tangenciais às discussões do modernismo artístico²³. (CARDOSO, Rafael. 2021)

Essa junção entre imprensa e o governo vargas não durou, tendo em vista a instabilidade e represálias ocasionadas pela tentativa de se conter a liberdade de expressão, que era disseminada nos veículos de comunicação formadores de opinião como os jornais, rádios e revistas – colocando e correlacionando a cultura popular ao estereótipo do samba, carnaval e futebol. Isto é, as classes populares por um período de tempo foram usadas para entrar no escopo de interesses sociais e econômicos ao estrangeiro, principalmente para os EUA. Essa questão se intensificou no Estado Novo, onde qualquer resquício que infringisse a imagem do Brasil no estrangeiro, não seria aceito e, dessa forma, vilipendiado pelo Estado e Imprensa.

Nessa visão, os periódicos deveriam retratar e estabelecer nos conteúdos a cultura brasileira popular, mesmo que a forma linguística e estrutural dos anúncios da matéria e do corpo do texto obtivessem um estereótipo acerca das expressões culturais. Afinal, os interesses eram em despontar o Brasil no cenário internacional, a fim de vínculos mais eficazes e interesses econômicos ao pacto de relações externas com os EUA. O contínuo ufanismo de Vargas, o prazer pelo moderno, refletia-se na relação externa com os Estados Unidos, se estabelecendo o que ficou conhecido como ‘política da boa vizinhança’, trazendo uma homogeneização da imagem e de um povo que passa a ser concebido como exótico; aquilo que produz um estranhamento por parte dos estrangeiros, e cômico, mas que, ainda assim, mantêm seus vínculos políticos e econômicos.

²³ CARDOSO, Rafael. O problema do modernismo brasileiro. In: *Jornal Literário da Companhia Editora de Pernambuco*.

III. Imagens dos “filhos de Caim” nas páginas da Revista *O Malho*

3.1 A Revista *O Malho*

Retomando aos periódicos relacionados às revistas, a imprensa e o gênero linguístico emergiam no século XX com aspectos descontraídos e leves, munidos de uma linguagem textual que atendesse à compreensão do público-leitor, e que mantivesse o ideário político-social e socioeconômico. Como visto no tópico sobre a imprensa na Belle Époque, a revista representava, implicitamente, uma voz de resistência aos menos favorecidos. Ela surgiu em 20 de Setembro de 2002, e fundada por Luís Bartolomeu e o diretor artístico, o caricaturista Crispim do Amaral, acontecia o processo de circulação da Revista *O Malho*. Essa preconizava uma crítica à realidade através do efeito satírico, isto é, a finalidade era atingir o riso daquele público-leitor. Com a participação de Pedro Rabelo, Renato de Castro e, principalmente, Bastos Tigre e Emílio de Menezes, *O Malho* consagrava-se com seus conteúdos humorísticos, mas críticos em relação à realidade social que os cercava. Ela seguia o padrão das revistas de caráter impresso, mas seu diferencial despontava numa análise crítico-social e linguagem mais dessemelhante em relação aos padrões já introduzidos. (TENÓRIO, Guilherme. 2009, p.34) ²⁴

No seio da Revista, a organização periódica contava primordialmente com as charges, como também seções e publicações de artigos, em moldes panfletários, onde eram levantados temas como desenvolvimento sustentável, educação, eleições (política). Como uma correlação e, ao mesmo tempo, uma dissociação das revistas do século XIX, *O Malho* detinha, no século XX, do empenho em trabalhar com imagens em uma linguagem mista, ocupando o verbal e o não-verbal, estabelecendo um escopo humorístico e crítico político, e assim se desvinculando daquela figuração de apenas se atrelar à apresentação de imagens e comentários a respeito do cotidiano, como nas demais revistas. Dessa maneira, *O Malho* retratava, na primeira página, a seção ‘Chronica’, apresentando as notícias da semana – com comentários e sátiras políticas, e nas outras páginas os espaços eram preenchidos por seções, fotografias e, com teor principal e cerne da revista, as charges.

As seções eram concentradas por o “Bigorna da Câmara”, “Carrilhão do Senado”, “Theatrics”, “Sports”, “Caixa d ‘O Malho” e “Álbum de Oedipo”. Tratando-se da finalidade humorística a que a revista se propunha a fazer, *o Malho* fincava-se nesse fundamento como uma

²⁴ TENÓRIO, Guilherme. *Zé Povo cidadão: humor e política nas páginas de O Malho*. UERJ, 2009.

crítica aos pressupostos conservadores da República. Como aponta Tania Regina de Luca, Elias Thomé Saliba enxergava os periódicos da revista de um “humorismo da desilusão republicana”²⁵ (LUCA, Regina. 2002). Isto é, tem-se a desilusão pelo fato de que a República não detinha de um aporte de igualdade social, pelo contrário, todas pessoas, do público e privado, deveriam ser subordinadas ao regime – e isso provocou uma evidência mais latente ao povo estigmatizado e excluído, visto que não conjugavam uma representação de civilidade em questão de direitos sociais e cidadãos pelo governo republicano. Esse confronto de realidades gerava uma nuance paradoxal, pois as vivências entre indivíduos e coletividade eram diferenciadas socialmente e economicamente pela teoria – a ilusão de se estar incluindo toda a coletividade dentro de um projeto político –, e a prática, em que há a exclusão e a opressão vindas desse mesmo projeto governamental contra uma determinada classe social, e *O Malho* trabalha nessa defasagem de exclusão.

Ao efeito de formar um percurso crítico e identitário, o público-alvo leitor de *O Malho* seria a classe operária, isto é, como José Murilo de Carvalho (1998) aponta, ao operariado (artistas, mobilidade urbana com o transporte e extração, manufatura) e ao proletariado, onde se estabelece os jornaleiros, os serviços domésticos, os trabalhadores braçais no geral. De um salto de 71,5% (1890) dessa classe para 75,6% (1906), a maior circulação ocorria na Central do Brasil (TENÓRIO, Guilherme. 2009, p.41). A revista, assim, se portava como uma das maiores fontes de informação para os trabalhadores, ocupando uma heterogeneidade de acesso e conteúdo. Tal qual afirma Luis Guilherme Sodré, o perfil identitário entre público e charge estabelecia dois prismas: “a eleição da política como objeto privilegiado e o fato da eficácia de seu discurso estar vinculada organicamente a sociedade na qual está inserida”²⁶ (TEIXEIRA, Luiz. 2001).

De acordo com Ângela de Castro Gomes, o debate social e econômico sendo colocado entre capital e trabalho começou a ser pauta a partir o início do século XX – ocupando demasiado interesse, visto que os trabalhadores, tanto o operariado quanto o proletariado, precisavam do apoio de órgãos defensores, para atender às reivindicações – diferentemente do século anterior, em que os trabalhadores ainda permeavam a submissão ferrenha aos patrões, a ilusão da harmonia entre operários e mandantes, e não havia busca por direitos, quiçá organizações em prol da luta do povo. Há uma correlação do apontamento de Ângela à Revista *o Malho*, no que tange à representação das classes dos trabalhadores e a hierarquia entre esses e a burguesia. Para exemplificar, *O Malho*

²⁵LUCA, Tânia Regina de. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, 366 pp.

²⁶ TEIXEIRA, Luiz. O traço como texto A história da charge no Rio de Janeiro de 1860 a 1930. Fundação Casa de Rui Barbosa, 2001.

publicou, em 1906, um artigo cujo nome “O Homem” retratava a realidade social, porventura explícita, de uma desigualdade social eminente:

Que são – o burguez, que, ufano, conduz o bojudo ventre, para o qual vive, ao qual idolatra, pois que representa a família, a pátria, o próprio Deus; os mandatários que se esquecem de que representam o povo, que devem governar, mas obedecer, engrandecendo-o, o industrial que, vendo encher-se-lhe a burra e crescer o abdômem, não se lhe importa que lhe morram de fadiga e fome, os operários que o enriqueceram? Almas de porco... ²⁷(O homem, *O Malho*, 09/06/1906).

Nesse trecho do artigo, é perceptível a reflexão contundente que a revista registrava. De primeiro plano, a burguesia, definida pela superioridade social e econômica, e até “divina” – como uma representação de redenção pelos menos favorecidos, que são os mandatários. Esses, o povo, deveriam obedecer à burguesia e ao industrial, engrandecendo-os e sendo submissos nos eixos de sociais-econômicos como o trabalho.

3.2 - As Charges: O que se vê de dissonâncias nas ruas do Rio

No âmago do processo de modernização e urbanização da cidade, o meio literário e linguístico emancipava seus escritos de acordo com a realidade da época; escritores como Lima Barreto, por exemplo, externava em suas obras toda a opressão aplainada por aquela tenacidade fugaz e com ares sórdidos da modernidade. A literatura, os gêneros textuais e jornalísticos reforçavam os eixos socioculturais, e a crítica aos padrões civilizatórios à época se emancipava na medida que os ares modernos eclodiram em todos os espaços. Duas tipologias textuais as quais se fincaram com criticidade social foram as charges e as crônicas. Neste tópico, apresentar-se-á a charge como ponto de análise primordial e que, com efeito satírico, realístico e também subjetivo – com o conhecimento de mundo –, representava uma crítica fortemente embasada nos efeitos de uma civilização moderna, que advinha da colonialidade presente e enraizada à homogeneidade do pensar e agir.

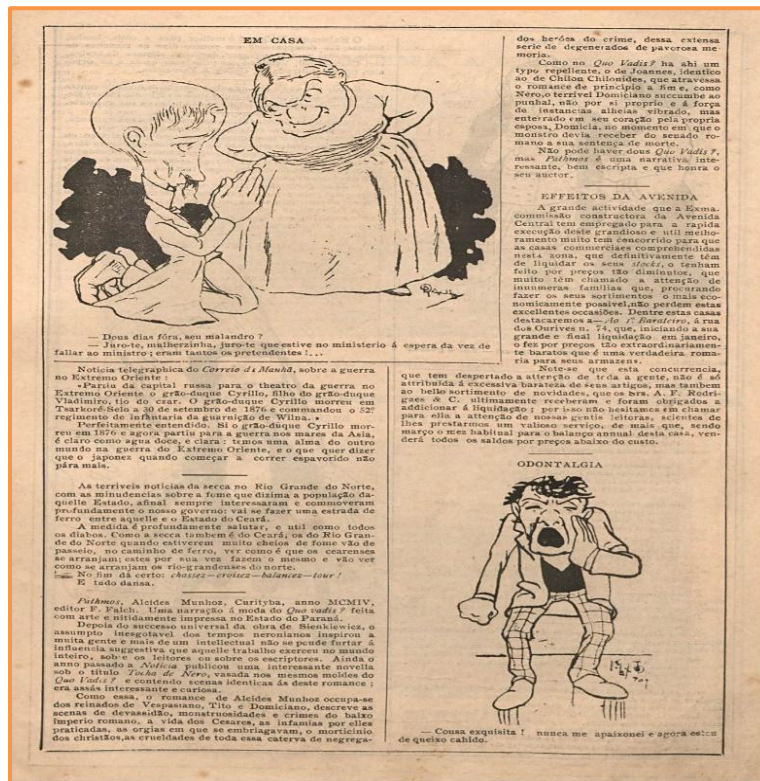
Notamos que, antes das construções da reforma da bela época, a entonação à criticidade política se manteve constante. Em contrapartida, ao despontar das reformas, o poder do Estado e da imprensa elitista, como apresentou-se no tópico acima, tentavam amenizar e aquietar o ato da crítica,

²⁷ *O Malho (RJ)* - 1902 a 1909.

substituindo-o por belezas físicas e sociais da nova era moderna – o que muito se esquece diz respeito a esse ar moderno segregacionista, onde apenas os privilegiados social e economicamente poderiam usufruir do embelezamento. É nessa conjuntura de apagamento que demasiadas representações literárias, a partir do século XX, passam a entoar suas vozes diretamente aos povos estigmatizados e vilipendiados. Dessa forma, para contextualizar a história da charge, e situá-la no contexto histórico-social da Belle Époque, os estudos de Luiz Guilherme Sodré Teixeira, da obra *O traço como texto: história da charge no Rio de Janeiro de 1860 a 1930*; e *Raízes do Riso*, de Elias Thomé Saliba, serão referência para compreender as características da charge no período, bem como esse traço presente no periódico estudado é também representativo de uma visão crítica sobre as reformas urbanas. Com efeito, percebe-se que a consequência das demolições foram amplamente representadas pelo efeito humorístico, tema que adquiriu um espaço ainda maior na imprensa ilustrada a partir de maio de 1904 – época temporal onde as derrubadas das casas ganharam ainda mais força.

Colocando o enfoque na Revista *O Malho*, nota-se a conjugação entre crítica social e política revestida de um humor satírico que aplainava as situações sociais e as relações de poder, e corriqueiras, da época. A revista contemplava o outro lado da reforma urbana, representado nas charges com personagens fictícios, mas que trazem traços da realidade com a finalidade de criar uma reflexão tanto para o leitor quanto para a sociedade da época. Veremos nas charges alguns traços do período da República, com representações simbolistas de vestimentas camponesas, parecidas com o padrão francês, de personagens que representam a elite, com seus senhores detentores de um estado centralizador e autoritário, que reproduz espaços e núcleos excludentes e desiguais.

A Revista *O Malho* representa um grande marco do período republicano e com ascensão à modernização, pois traz consigo as charges críticas, mas levadas a bons tons humorísticos, o que produz a leveza e consciência necessárias para surtir o efeito de reflexão para quem a lê e analisa. Foi fundada em 1902 por Luís Bartolomeu e, a partir de 1904, com o trabalho de Agostini, a revista passa a ganhar solidificação política e relevância cultural, por levar descontração e desconstrução aos leitores. (TEIXEIRA, Luiz, p.33). A seguir, seguem as charges da Revista *O Malho* (1904):



Em casa

Fonte: *O Malho*, 1904, número 77.

Na charge localizada no canto superior esquerdo, nota-se a relação de alteridade – o eu e o outro – entre o malandro e a senhora. A começar pelo nome que a mulher designa ao rapaz, de forma pejorativa. Podemos inserir, também, o período republicano com a representação da vestimenta da mulher, seus trejeitos (pose de poder, o coque no cabelo e face raivosa). O malandro, ocupando o papel do outro, estigmatizado, se ajoelha perante a senhora a fim de se explicar o porquê de ter estado dois dias distante. Percebe-se que os dias fora eram designados para que o malandro pudesse solucionar o problema da senhora, da sua mandante, problema esse feito com a ajuda de um ministro, dentro do ministério. Entretanto, não foi solucionado, pois o malandro apontou a lotação de muitos, talvez como ele, querendo a solução do problema. Há nitidamente uma relação de diferenças sociais e econômicas, onde o malandro tem de obedecer às ordens da elite – a feição no rosto da senhora, aparentando malícia e repulsa para o malandro, enquanto esse com a feição de arrependimento, como se renegando a própria existência para que não sofra algum maltrato por parte da mulher.

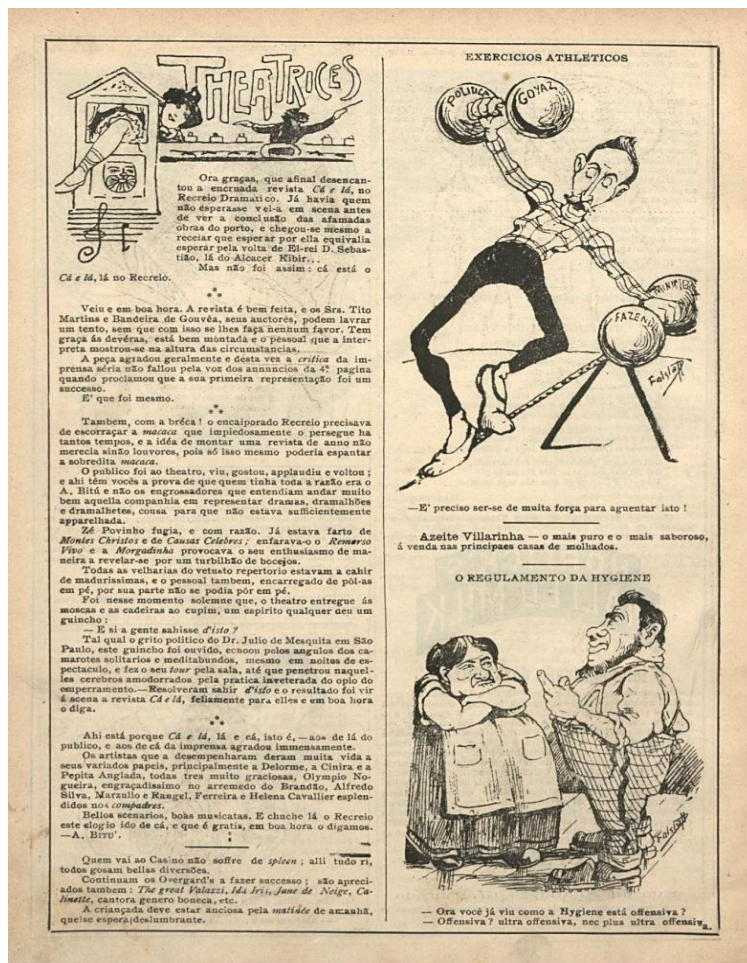
Esse comportamento de anulação da própria identidade, de inferiorização por parte do malandro, é correspondente aos anos de repressão que se instaurou nas relações humanas, fruto das ações eurocêntricas vindas da colonização. Não há um aumento de poder no timbre voz do malandro,

bem como seus trejeitos e comportamentos, os quais revelam uma inferiorização perante a mulher – a ele, essa senhora deve representar a personificação do poder.

Ao canto direito da charge, tem-se um “aviso” sobre “efeitos da avenida”, tais efeitos se resumem na retirada das casas daquele povo que ocupava a região. Uma retirada com intuito de se construir a Avenida Central, no ideal urbanístico moderno. E, somado aos textos que estão ao redor da charge, tem-se o excerto:

As terríveis notícias da seca no rio grande do Norte, com as minudencias sobre a fome que dizima a população daquele Estado, afinal sempre interessaram e comoveram profundamente o nosso governo: vai se fazer uma estrada de ferro entre aquele e o Estado do Ceará [...] a medida é profundamente salutar, e útil como todos os diabos. Como a seca também é do Ceará, os do rio grande do Norte quando estiverem muito cheios de fome vão de passeio, no caminho de ferro, ver como é que os cearenses se arranjam; estes por sua vez fazem o mesmo e vão ver como se arranjam os rio grandenses do Norte. (*O Malho*, 1904, número 77).

Podemos aferir nesse texto, que se encontra ao lado da charge, o ponto em comum tanto da construção da Avenida Central quanto da construção de uma estrada de ferro no Rio Grande do Norte: o estabelecimento de reformar ou inovar com reformas, enquanto a fome, como no excerto acima, dizima a população do Estado; como a fome, que também foi e é recorrente na reforma do Rio de Janeiro, assola grande parte da população sem suas casas, decorrentes das retiradas para o intuito de construir, reconstruir, moldar e sanar as expectativas de uma beleza e modelações que são passageiras, como vimos na efemeridade da Belle Époque parisiense, e pertencentes às regalias dos mais favorecidos. As reformas foram importantes, sim, mas o tratamento para a população menos favorecida não foi e não é o mesmo em comparação ao intuito de expandir e consertar a cidade para suprir uma necessidade que não é do povo, mas unicamente da elite.



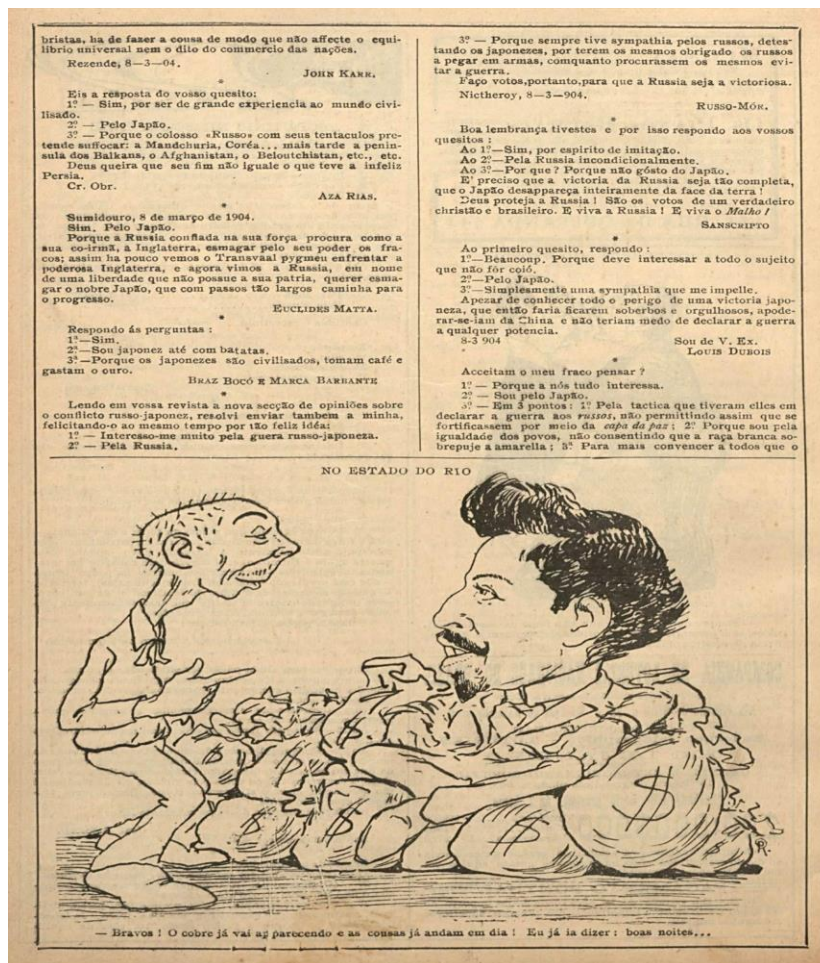
O regulamento da hygiene

Fonte: *O Malho*, 1904, número 79 (3).

Nessa imagem, no canto superior direito, há a representação de um malabarista segurando dois pesos e tentando se equilibrar. O primeiro peso, em que se percebe ele levantando com muita força e ao alto, sinaliza a política e Goyaz (órgão democrata). Ao outro peso, que está abaixo, e onde o malabarista se segura para não cair, está representado pela palavra “fazenda”. Ao que parece, tem-se a representação das grandes oligarquias as quais possuíam quantidades extensivas de capitais e terras, como as fazendas. Outra referência incluída na charge é encontrada no canto superior esquerdo, onde se tem uma das seções de *O Malho*, intitulada “Theatrics”, referenciando a cultura e o entretenimento em ascensão, e sempre com uma linguagem satírica e irônica.

Na imagem abaixo, há a descrição “o regulamento da hygiene”. Estão retratados uma senhora e um homem, que aparentam ser comerciantes. Ambos estão conversando a respeito da hygiene. A mulher pergunta ao homem se ele já estava sabendo o quanto a hygiene estava ofensiva, e ele responde em tom irônico e aumentativo à situação: “ofensiva? Ultraofensiva, nec plus ofensiva”. Nessa afirmativa feita pelo comerciante, aferimos a ocorrência da época: a hygiene como uma imposição à

sociedade, como um ataque, pois estavam presenciando a revolta da vacina, em que a população precisava estar higienizada. Interessante ressaltar o viés preconceituoso que acompanhava essa higienização, pois para o estado e os grandes poderes elitistas, a intenção de higienizar estava fortemente focada na homogeneização social – ou seja, retirar os menos favorecidos, os quais a maioria eram pobre e negros, das casas localizadas nas grandes áreas centralizadas para a reforma urbana.

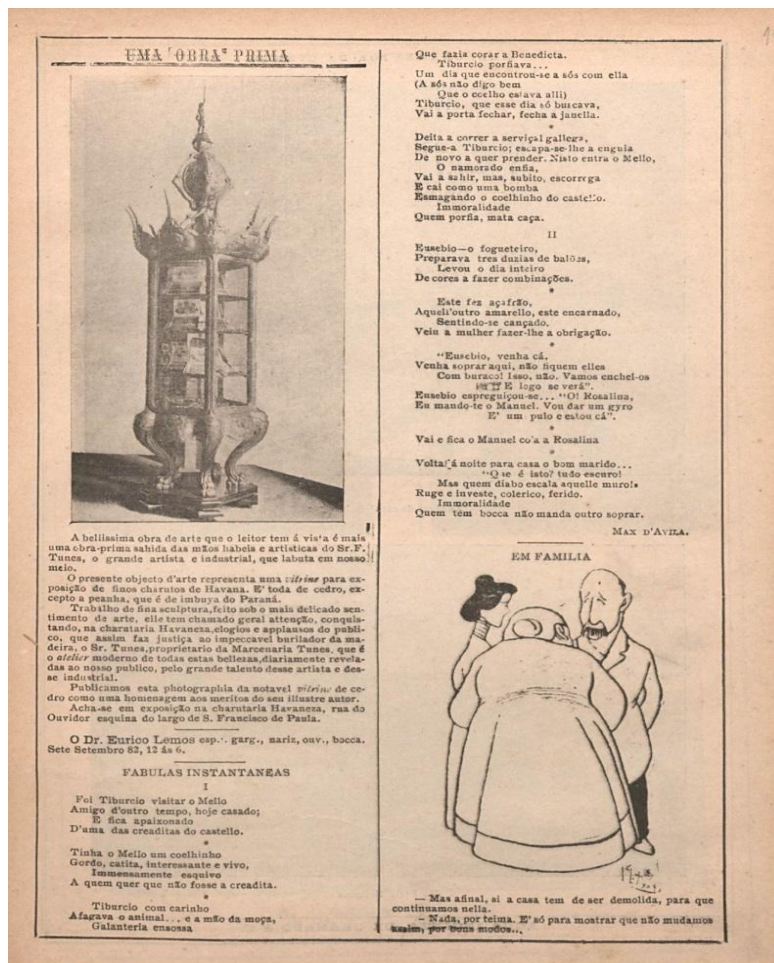


No Estado do Rio

Fonte: *O Malho*, 1904, número 79 (1).

Nessa charge, há mais uma vez a representação cômica, mas crítica ao social e econômico entre a elite detentora do capital e o proletário, esse estigmatizado pela sociedade. Também, aparenta uma relação de trabalhador e mandante. Quando o capitalista profere: “Bravos! O cobre já vai parecendo e as cousas já andam em dia! Eu já ia dizer: boas noites”, aqui, nos é mostrado um elogio aos homens trabalhadores, tal como o senhor da foto, que são imbuídos a trabalhar num desgaste de horas, para

que sejam recompensados por pouco, enquanto o capitalista demonstra abundância de dinheiro – fruto do trabalho, árduo, do proletariado, que exercem, obrigatoriamente, as funções decretadas pelo capital. Tem-se uma relação de alteridade, em que o “eu” está concentrado no capital; e “outro” concentrado no povo estigmatizado, como o senhor que aponta o dedo ao capitalista.

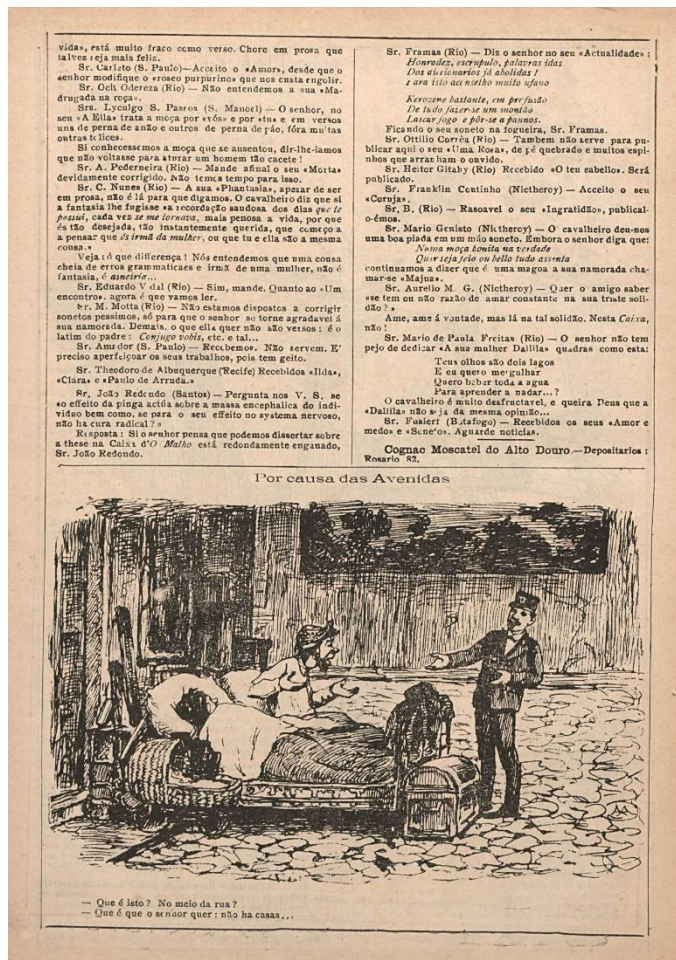


Em Família

Fonte: *O Malho*, 1904, número 87.

Nesta charge, executada por Calixto Cordeiro, e retratada com o título “EM FAMILIA”, há uma família carioca, onde duas pessoas estão com aparência triste, e conversam sobre a demolição da casa. Notamos o efeito satírico de se proferir “por bons modos” para se referir ao comportamento como eles são mandados a irem embora pelos responsáveis da reforma. Como um ato obediência às ordens do poder; com o silenciamento das vozes estigmatizadas e ocupando o modo de serventia. O fator de se diminuir (moldar-se) para não sofrer ainda mais repressão, como trabalhado acima, é também um ponto de ocorrência. O comportamento de “sair com bons modos” confirma o tratamento

de silenciamento, advindo do padrão eurocêntrico colonizador, para com os detentores do capital. Estabelece-se essa sátira, também, em relação ao controle de civilização que foram trazidos para remodelar a cidade e os indivíduos, excluindo o povo dessas benesses.




Por causa das Avenidas

Fonte: *O Malho*, 1904, número 89.

Na charge acima, intitulada “Por causa das Avenidas”, o caricaturista focaliza uma cena muito observada a partir de meados de 1904, momento em que ganhava impulso à política de demolições planejada e feita por Pereira Passos. É possível identificar na imagem um casal que se abriga e guarda seus pertences em uma das ruas da cidade, uma vez que não tiveram tempo ou dinheiro para pagar o aluguel de outra moradia. Ao ser advertido pelo personagem em segundo plano quanto ao fato de estar morando na rua, o homem em situação menos favorecida se revolta e afirma que não dispunha de alternativas, pois não havia casas suficientes para abrigar todos os moradores da capital federal. A política de demolições levada a cabo por Passos eliminou um número significativo de habitações ocupadas pelos trabalhadores, que não teriam mais condições de ter endereços na região renovada, cujos terrenos foram supervalorizados em virtude das grandes obras e das benfeitorias realizadas.

OPINIÕES INSUSPEITAS



— Ora vê tu, ô cousa... E andam os melros a provar com riscos e endrominas o que está claro como água...
 — Ahn... ahn? que é que dizes?
 — Olha bem, ô cousa... Vê si a Avenida não está... torta?
 — Ahn! Sim... deve estar. Até nós estamos, quanto mais ella!..

Hydrometros Casa (Contevelle) — Madou-se para a RUA DA ALFANDEGA 92, telephone n. 1.870.

O MEU SEGREDO

Mon âme a son secret, mais vie à son mystère d'Arvers

Como d'Arvers eu tenho o meu segredo!
 — Este amor, que se trabe na voz, no gesto,
 No inquieto olhar, que vai, fugaz e mêsto,
 Como um crente febril, cheio de medo,
 Beijar-lhe a timbrela do vestido claro
 E o pé mimoso, de contorno raro.

Recalco no meu peito ancia, anhelos,
 Ao passar junto d'ella, inebriado
 Pelo fino perfume delicado
 Que, em espiras, desprendem seus cabelos,
 Desse louro ideal, que a Recasença
 Deu à Madona, em plena florescença.

Nem osso confessar que a sua imagem
 Guardo, indelivelmente, esculpturada
 No pensamento e n'alma torturada...
 Que é Ella o meu phantasi nesta viagem...
 Nesta estrella, num braçoço rês,
 Não deixo em fôrtilho paravêdo...

E Ella, tão meiga, carinhosa e pura,
 Nem sente que a coroa do doído amor,
 Nem que me estala o coração de dôr.
 Sendo estas veras, che'a de candura,
 Dirá talvez: «Meu Deus! que moço, enfim,
 Pôde inspirar uma paixão assim?...»
 Rio, 13-6-04.

SILVA FURNES.

AGUA INGLEZA, DE GRANADO & C.

SECCÃO MUSICAL

A valsa *Gottas de Orvalho*, por J. R. Rocha, não foi accetia.

O unico verdadeiro gastro-intestinal completo e radical é o *Liquore Boverie*, universalmente reconhecido superior a todos os outros para curar as molestias do estomago e para purificar os alimentos.

Não attendes á reclamação dos padeiros o Sr. ministro do interior.
 Parece, pois, que, além do mais, o Sr. Oswaldo Cruz é o Mentor do Sr. Seabra, transformado em Joven Telemaco nestas questões de hygiene.

E os padeiros que se matsem e que levantem mais alto as suas pás...

Photographia — Na redacção do *Malho* recebem-se encomendas de grupos, casas commerciaes, retratos, ampliações e reproduções.
 Dirijam-se a A. LAL.

O Sr. barão de Sguasuna, ex-Lo. Prefeito de Escada pelo partido governista de Pernambuco, declarou que não se desentrega o cargo, taca as patifarias que fixaram nessa eleição...

Olhe o Sr. Rosa e Silva para essa calamidade e comee a reforma pela mobilia de casa.
 Mas sempre lhe diremos que, si tivessamos muitos barões (assimilados como o Sr. de Sguasuna, andariam melhor as cousas desta Republica, que, por signal, não admitta barões...

Dr. Mendes Tavares, especialista de moléstias syphiliticas e da pelle.

Opiniões insuspeitas

Fonte: *O Malho*, 1904, número 97.

“-Ora vê tu, ô cousa... e andam os melros a provar com riscos e endrominas o que está claro como água.

-Ahn, ahn? Que é que dizes?

-Olha bem, ô cousa... vê si a Avenida não está... torta?”

Na figura, nota-se dois homens, que podemos identificar como amigos, cambaleando – como se estivessem bêbados. A crítica dos homens, retratada com uma contundente ironia, considera e confirma as opiniões insuspeitas do título ao passo que conota, pelo sarcasmo, a veracidade: a avenida central com um desvio de construção, estando torta. À época, muitos não se atentavam aos problemas advindos pelas obras. A ironia aponta sua evidência quando o bêbado profere: “sim... deve estar. Até nós estamos, quanto mais ella”, reforçando o quanto o mal planejamento na construção foi evidente.

É instigante o fato dos desvios de construção na era das reformas, pois, levando em consideração o tempo que a Avenida Central foi construída, a consequência de se apresentar uma estrutura ruim pode ter sido comprovada pelo período de construção. Em apenas 20 meses e 7 dias, a avenida estava pronta – com os aspectos intrínsecos aos moldes parisienses: iluminada, pavimentada, arborizada e composta por um ar agradável para aqueles que a frequentavam. Pensada e construída pelos padrões de obra europeu, a avenida, atual Rio Branco, foi o espectro de inserção do Rio de Janeiro ao cenário citadino da Belle Époque, representando a dinâmica da urbe em expansão e crescimento (NEEDELL, 1996, p.45) – mas apenas fisicamente em estrutura; pois, para o nível social, os desfalques da desigualdade continuariam presentes.

Dessa forma, vislumbrando o retrato dos literatos que representavam em seus escritos as camadas populares desfavorecidas, também pode-se atrelar a construção da Avenida ao gênero textual da crônica. A respeito da crônica, Para David Arrigucci aponta,

[...] A crônica ela própria é um fato moderno, submetendo-se aos choques da novidade, ao consumo imediato, às inquietações de um desejo sempre insatisfeito, à rápida transformação e à fugacidade da vida moderna, tal como esta se reproduz nas grandes metrópoles do capitalismo industrial e em seus espaços periféricos [...] como se a crônica pudesse sempre renovar, aos olhos de um leitor atual, um teor de verdade íntima, humana e histórica, impressa na massa passageira dos fatos esfarelado-se na direção do passado²⁸ (ARRIGUCCI, Davi. 1987)

Dessa forma, no dualismo entre realidade e ficção, a crônica passou a ser publicada nos jornais no fim do século XIX. O gênero híbrido constitui-se pelos elementos literários como a crítica, a subjetividade, a ficção e a inquietação, essa última como preconizada por Arrigucci, em relação ao imediatismo moderno estruturado pelas disparidades sociais – aos espaços privilegiados e periféricos. E é neste ponto fugaz da crônica, precisamente sobre o esquecimento das camadas populares, escondidas com sordidez por debaixo dos panos da reforma, que autores como Lima Barreto, um dos principais expoentes da literatura modernista, consagra em seus textos a resistência frente ao povo estigmatizado da Belle Époque, período esse no qual o autor sentia extremamente incomodado e insatisfeito. Nesse período, a escrita de Lima Barreto opõe-se com textos realistas que norteavam por uma revindicação aos excluídos na transformação citadina. Com uma correlação à charge Opiniões insuspeitas, Lima retratou, na crônica As enchentes, sobre os entraves relativos à infraestrutura da cidade e à má construção de alguns arquétipos, principalmente a Avenida Central:

²⁸ ARRIGUCCI JR. Davi. Enigma e comentário: ensaios sobre literatura e experiência. São Paulo: Cia. das Letras, 1987.

As chuvaradas de verão, quase todos os anos, causam no nosso Rio de Janeiro, inundações desastrosas. Além da suspensão total do tráfego, com uma prejudicial interrupção das comunicações entre os vários pontos da cidade, essas inundações causam desastres pessoais lamentáveis, muitas perdas de haveres e destruição de imóveis. De há muito que a nossa engenharia municipal se devia ter compenetrado do dever de evitar tais acidentes urbanos. Uma arte tão ousada e quase tão perfeita, como é a engenharia, não deve julgar irresolúvel tão simples problema. O Rio de Janeiro, da avenida, dos squares, dos freios elétricos, não pode estar à mercê de chuvaradas, mais ou menos violentas, para viver a sua vida integral. Como está acontecendo atualmente, ele é função da chuva. Uma vergonha! Não sei nada de engenharia, mas, pelo que me dizem os entendidos, o problema não é tão difícil de resolver como parece fazerem constar os engenheiros municipais, procrastinando a solução da questão. O Prefeito Passos, que tanto se interessou pelo embelezamento da cidade, descuroou completamente de solucionar esse defeito do nosso Rio. Cidade cercada de montanhas e entre montanhas, que recebe violentamente grandes precipitações atmosféricas, o seu principal defeito a vencer era esse acidente das inundações. Infelizmente, porém, nos preocupamos muito com os aspectos externos, com as fachadas, e não com o que há de essencial nos problemas da nossa vida urbana, econômica, financeira e social. (BARRETO, vol.1, 2004, p. 159)

Ao retratar sobre a problemática insalubre que se resulta das enchentes no Rio de Janeiro, Lima aponta que a causa para o problema esteve no mau planejamento da construção da Avenida, principalmente ao cerne questionável: quem está por trás da engenha municipal. E percebemos que o entrave é tão atual quanto esse da época, delineado pela charge ‘Opiniões insuspeitas’ e pela crônica de Lima Barreto. Muitas construções difundidas no Rio de Janeiro têm seu início, mas seu fim sempre é imprevisível. Sem contar que a política repressora de demolição ainda perdura, tal qual o caso das Olimpíadas de 2016 – resultando em muitas pessoas sem habitações. E, quando o Estado oferece moradias para o povo, não há um suporte eficiente, pois se está envolto da política cívica e eurocêntrica. Dessa forma, nota-se que a exclusão aos menos favorecidos desde sempre norteou uma tônica de inviabilização e apagamento dos corpos e pensamentos dessa camada da população – rotulando-os e colocando-os no campo de inferiorização e menosprezo.

O levante do povo, com suas vozes ainda silenciadas, despontou no século XX com os movimentos sociais e perdura até os dias atuais como um retrato da resiliência revestida de dor e luta perante a superioridade e aos ataques eurocêntricos. O preconceito e o racismo ao povo negro e mestiço torna-se deveras preocupante, embora os anos e períodos tenham se modernizado. E essa inferiorização é ainda mais latente quando o corpo negro e mestiço é um corpo pobre e periférico – pois os ataques verbais, físicos e até por olhares de menosprezo dão espaço à barbárie eurocêntrica histórica e social, que infelizmente continua fortificada aos quatro cantos.

Considerações finais

Escrever este trabalho foi, e é, uma catarse infindável entre subjetividade e racionalidade. Pensar nas vivências das pessoas que foram, e ainda são, estigmatizadas por todo um sistema que corrompe e aniquila o poder da liberdade do indivíduo, remonta a um passado que eu e minha família vivemos, e que não desejamos presenciar mais. Nota-se que a problemática é extensiva, preocupante e que precisa ser defendida e ouvida pelo povo. Não podemos, e não se pode mais obedecer às ordens de um sistema que retrocede o direito de viver do menos favorecido. A voz que criamos, e a qual ainda criaremos, precisa ser ecoada, discernida e difundida aos quatro cantos. Dessa forma, a luta popular precisa ser repensada todos os dias, bem como a prática dessa resiliência para que possamos ser voz e escuta para os nossos.

O Rio de Janeiro é uma cidade repleta de beleza, isso é um fato. Mas o mais contundente, e necessário, é voltarmos os nossos olhos para os pontos dissonantes dessa cidade maravilhosa. Racionalmente, o Rio não é apenas a Zona Sul, lugar importante o qual muitos turistas frequentam em épocas festivas, principalmente em fins de ano. O Rio, também, é a Baixada Fluminense – local onde moro, e sinto imenso orgulho. O Rio é, porventura, subúrbio carioca, local onde muitos pobres, negros e mestiços residem, e que, infelizmente, também foram palco das repressões durante as reformas urbanas. No caminhar entre intervir por um problema social ou deixar seguir o baile, sentimos na pele a dissimilaridade social e econômica a que estamos envolvidos. Os olhares tortos, o medo, a repulsa que invadem o imaginários das pessoas privilegiadas para com a nossa gente. E está, sempre, nos mínimos detalhes rotineiros. É como se a temática do “Rio civiliza-se”, empregado por Pereira Passos, continuasse a ecoar nas mentes dos moradores da Baixada e do subúrbio. As consequências da civilização eurocêntrica foram tamanhas, e é por isso que encontro e encontramos na memória o motivo de nos tornarmos a nossa própria influência e próprio reconhecimento.

Muitas das pessoas concebidas dentro do eixo menos prestigiado socialmente não conseguem reivindicar e lutar pelos seus direitos justamente porque não foram e não são estabelecidas pela prática de usar suas memórias, a fim de buscar, no âmago interno, pontos suficientes para lidar com os obstáculos do presente. É um desafio constante – pensar no dispositivo de autoanálise para a população pobre é um desafio, pois foram incontáveis anos reféns da legitimação de uma cultura eurocêntrica. O fator da autoanálise seria eficiente em diversos campos, sejam eles no encontro à persona interior com o amor próprio; nas práticas sociais – em que o povo começa a encontrar suas identidades, entender seus antepassados e ancestrais, estabelecendo assim antídotos para curar as feridas, que não são poucas. Nesse sentido, a memória seria capaz de fazer um ponto de encontro dos

atos dominantes ao enaltecimento de práticas transformadoras. No processo, o incômodo será presente, tendo em vista que estamos nos envolvendo às feridas que marcaram, mas é essencial para que se crie a potencialidade necessária de intervenção àquilo que foi preconizado por um bom tempo. Que a minha escrita possa gerar, com este trabalho de conclusão de curso, a força necessária para nos mantermos firmes, com a certeza de que o ontem foi um período temporal importante para que possamos fazer do hoje, resistência e empatia com as nossas feridas. O Rio civiliza-se! Mas também há civilização na Baixada e no subúrbio.

Fontes

Fonte: *O Malho*, 1904, número 77.

Fonte: *O Malho*, 1904, número 79 (3)

Fonte: *O Malho*, 1904, número 79 (1).

Fonte: *O Malho*, 1904, número 87

Fonte: *O Malho*, 1904, número 89.

Fonte: *O Malho*, 1904, número 97.

Referências

ARRIGUCCI JR. Fragmentos sobre a crônica. In: __. **Enigma e comentário**. São Paulo: Cia das Letras, 1987.

BARRETO, Lima. Toda Crônica. Vol. 1 (1890-1919). Apresentação e notas de Beatriz Resende; organização de Rachel Valença. Rio de Janeiro: Agir, 2004. _____.

BAUDELAIRE, Charles. In: As Flores do Mal. 1985. p.325

BENJAMIN, Walter. Paris, capital do século XIX. In: KOTHE, Flávio (Org.). **Walter Benjamin**. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática, 1985. p. 30-43.

BENJAMIN, Walter. Paris, capital do século XIX. In: Passagens. Trad. Irene Aron e Cleonice Paes Barreto Mourão. Belo Horizonte: Ed. UFMG; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009

BERMAN, Marshall.. Modernidade, ontem, hoje e sempre. In: Tudo o que é sólido desmancha no ar. São Paulo, Companhia das Letras.

CARDOSO, Rafael. O problema do modernismo brasileiro. In: Jornal Literário da Companhia Editora de Pernambuco.

_____, Charles. As flores do mal. Apresentação Marcelo Jacques; tradução, introdução e notas de I. Junqueira. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012. 612p

ELEUTÉRIO, Maria. *Imprensa a serviço do progresso*. In: História da imprensa no Brasil.. Editora Contexto, 2012.

FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2005.

MARTINS, Ana Luisa , LUCCA, Tânia Regina de (orgs.). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.

MAUCH, C. *Saneamento moral em Porto Alegre na década de 1890*. In: MAUCH, C.

MÉRIAN, Jean. *A Belle Époque francesa e seus reflexos no Brasil*. In: *A Belle Époque Brasileira*. Lisboa, 2012

NEEDELL, Jeffrey D. *Belle époque tropical: Sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993

NOPEs, Adriane. ‘EUROCENTRISMO E O PROJETO DE MODERNIZAÇÃO DO BRASIL: uma análise sociológica a partir da fala dos Engenheiros Professores da UFSC (1960-1980)’

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A questão nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense; Brasília: CNPq, 1990. 208p.

PERLMAN, J. *O Mito da Marginalidade: favelas e política no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981 [1981].

PISSETTI, R. F.; SOUZA, C. F. *Art Nouveau e Art Déco: confluências*. Revista Imagem, Caxias do Sul, v.1, n.1, p. 17-24, jun-dez 2011.

Porto Alegre na virada do século 19: cultura e sociedade. Porto Alegre/Canoas/São Leopoldo: Universidade/UFRGS/Ed. ULBRA/Ed. UNISINOS, 1994.

SODRÉ, Nelson. *História da imprensa no Brasil*. EDITORA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA S.A. Rua 7 de Setembro, 97 RIO DE JANEIRO 1966.

TEIXEIRA, Luiz. O traço como texto A história da charge no Rio de Janeiro de 1860 a 1930. Fundação Casa de Rui Barbosa, 2001.

TENÓRIO, Guilherme. *Zé Povo cidadão: humor e política nas páginas de O Malho*. UERJ, 2009.

Toda Crônica. Vol. 2 (1919 - 1922). Apresentação e notas de Beatriz Resende; organização de Rachel Valença. Rio de Janeiro: Agir, 2004.

VENTURA, Zuenir. *Jornalismo e Literatura: alianças e diálogo*. In: AZEREDO, José Carlos de. (Org.) *Letras & Comunicação: uma parceria no ensino de língua portuguesa*. Petrópolis: Vozes, 2001